

14 OUT 1998

Promessas no Ar

O Brasil está às vésperas de conhecer o programa de ajuste fiscal. Embora sem definir o peso dos cortes e do aumento da arrecadação, sabe-se que as metas são rígidas, contemplam o aperto nos gastos públicos de 1999 a 2001, e que a cota de sacrifício dos estados e municípios será superior à das empresas e dos cidadãos.

É no mínimo estranho que os candidatos que disputam o segundo turno para a escolha do governador do Estado do Rio passem ao largo do problema central da economia (e da vida) brasileira para os próximos três anos. Se pelo menos três quartos do futuro mandato vão ser comprometidos com o ajuste fiscal, já seria necessário uma palavra de advertência ao eleitorado sobre os tempos duros que virão. Foi com esse jogo de sinceridade que o presidente Fernando Henrique conquistou a confiança e se reelegeu no primeiro turno.

Após a volta da propaganda eleitoral, só se ouviram promessas por parte dos candidatos. Dar emprego em massa ou assumir compromissos são questões incompatíveis com o grau de sacrifício que deverá ser exigido do governo estadual. O Brasil se compromete a produzir superávit operacional nas contas públicas em todos os níveis de governo (excluído os juros da dívida), equivalente a 3% do PIB. O déficit operacional do estado é de 7% a 8% do PIB. É bom avisar o eleitor o quanto antes.

Nem precisava o acordo com o FMI para o eleitor concluir que são promessas vãs e eleitoreiras. O Orçamento Fiscal do Estado para 1999 – de

R\$ 17,8 bilhões – quase não aumentou em relação ao deste ano. A proposta é compatível com os tempos de estabilidade, mas otimista em relação à receita. As metas de 98 dificilmente vão se cumprir – a arrecadação deve ficar R\$ 800 milhões aquém da meta, o que representa queda de pouco mais de 10% – e os R\$ 8 bilhões projetados para 99 dependem do comportamento geral da economia.

A realidade orçamentária não permite sonhar alto. No começo do governo Marcello Alencar, a folha de pagamentos consumia 95% da receita líquida. A atual administração reduziu-a a 85%, graças ao esforço de saneamento financeiro e às privatizações. Elas se tornaram quase a única via para realização de obras e investimentos públicos que atraíam empresas (e impostos futuros) para o estado.

Mas o problema continua: a folha contempla aproximadamente 470 mil funcionários, dos quais o contingente de inativos se tornou maioria numérica. Talvez por isso o governador tenha recuado no plano de demitir 19 mil funcionários da ativa. Em termos financeiros a situação é ainda pior: a previdência do estado prevê um rombo de R\$ 2,9 bilhões para 99. Em outras palavras, o contribuinte do Estado do Rio paga mais impostos para manter pensionistas do que aos funcionários.

A folha do funcionalismo, o orçamento da previdência social e os juros da dívida, pela ordem, são os grandes problemas do Estado do Rio, e mereciam ser debatidos pelos candidatos, para o eleitor fazer o seu julgamento pelo voto.